

# DOS TERRITÓRIOS DOMÉSTICOS E PRECARIZADOS: NARRATIVAS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS IMIGRANTES SOB UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

FROM DOMESTIC AND PRECARIOUS  
TERRITORIES: NARRATIVES OF IMMIGRANT  
DOMESTIC WORKERS FROM A DECOLONIAL  
PERSPECTIVE

DESDE TERRITORIOS DOMÉSTICOS Y  
PRECARIOS: NARRATIVAS DE TRABAJADORAS  
DOMÉSTICAS INMIGRANTES DESDE UNA  
PERSPECTIVA DECOLONIAL

 10.5935/2177-6644.20230008

**Guélmér Júnior Almeida de Faria \***

 <https://orcid.org/0000-0003-2089-3064>

**Resumo:** O trabalho doméstico remunerado realizado por mulheres imigrantes internas no Brasil é singular em circunscrever essas sujeitas sociais a marcadores sociais de diferenciação. Entender de que forma essas mulheres, através da oficina, especialmente pela transmissão de filmes, dinâmicas de grupos e a discussão de questões ligadas ao trabalho doméstico remunerado e de suas vozes insurgentes; são o foco de análise deste artigo para avivar a valorização e o reconhecimento de sua profissão e de suas experiências políticas e culturais como estratégias de emancipação social, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, interseccional, decolonial e pluriversal.

**Palavras-Chave:** Trabalho Doméstico. Interseccionalidade. Gênero. Migrações. Decolonialidade.

**Abstract:** Paid domestic work performed by internal immigrant women in Brazil is unique in circumscribing these social subjects to social markers of differentiation. To understand how these women, through the workshop, especially through the transmission of films, group dynamics and the discussion of issues related to paid domestic work and their insurgent voices are the focus of analysis to revive the valorization and recognition of their profession and their political and cultural experiences as strategies for social emancipation, from an interdisciplinary, intersectional, decolonial and pluriversal perspective.

**Key-words:** Domestic Work. Intersectionality. Gender. Migrations. Decoloniality.

**Resumen:** El trabajo doméstico remunerado realizado por las mujeres inmigrantes internas en Brasil tiene la particularidad de circunscribir a estos sujetos sociales a marcadores sociales de diferenciación. Entender cómo estas mujeres, a través del taller, especialmente a través de la transmisión de películas, dinámicas de grupo y la discusión de temas relacionados con el trabajo doméstico remunerado y sus voces insurgentes son el foco de análisis para reavivar la valorización y el reconocimiento de su profesión y sus experiencias políticas y culturales como estrategias de emancipación social, desde una perspectiva interdisciplinaria, interseccional, decolonial y pluriversal.

**Palabras-clave:** Trabajo Doméstico. Interseccionalidad. Género. Migraciones. Decolonialidad.

---

\* Doutor em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Pesquisador Doutor do Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (IPPDS) da Universidade Federal de Viçosa (UFV).  <http://lattes.cnpq.br/2352838003809047> - E-mail: [guelmerjrf@yahoo.com.br](mailto:guelmerjrf@yahoo.com.br).

## Introdução

Este artigo procura evidenciar as narrativas das trabalhadoras domésticas imigrantes em um contexto de entrelaçamento entre vida e trabalho. A própria noção disruptiva dos termos usados para designar quem realiza o trabalho doméstico, como: empregadas, serventes, auxiliares do lar, entre outros nos levam a crer em uma atividade subalterna, informal, desvalorizada, invisível, com violação de direitos e com fortes marcadores de diferença.

Não raro, o trabalho doméstico, juntamente com setores do agronegócio, construção civil, moda, vitivinícola, carvoaria é um dos mais propensos quando se trata de condições degradantes de trabalho. Ele tem figurado como emergência de fiscalização de trabalho, justamente porque, existe uma onda avassaladora de trabalho análogo à escravidão no setor. Na nova era da sociedade urbano-industrial-informacional, os mundos e modos de trabalho ganham relevo no que Verônica Gago (2020) chama de ‘territórios transnacionais’: os territórios domésticos, marcados pela exploração do trabalho feminino; os territórios indígenas e comunitários, cujas lutas tradicionais chocam-se com os interesses neocoloniais e extrativistas; os territórios da precarização, marcados pela falência do modelo moderno de trabalho e remuneração.

Revelado nos últimos anos com o aumento gradativo das denúncias e ocorrências em relação ao trabalho escravo doméstico, como apontam os estudos de Thamyris Pinheiro Maciel & Liliam Deisy Ghizoni (2021). Segundo as autoras, das 210 pessoas resgatadas do trabalho escravo em 2021, o trabalho escravo doméstico foi uma das modalidades mais identificadas: agressões físicas e morais, acusações de roubo, exploração, discriminações, jornadas exaustivas e condições degradantes de trabalho, trabalhadoras que executam suas atividades recebendo como pagamento apenas a comida, vestuário e o direito de habitação no local de trabalho, na maioria das vezes em situações insalubres. Tais situações não representam casos isolados, mas a própria cultura do trabalho doméstico no Brasil, e que podem ser equiparadas ao conceito de trabalho escravo contemporâneo.

Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2020, mais de 6 milhões de brasileiros e brasileiras dedicam-se aos serviços domésticos. Desse total, 92% são mulheres, o que corresponde a quase 15% das trabalhadoras ocupadas (10% das brancas e 18,6% das negras). Essas mulheres em sua maioria são negras, de baixa escolaridade e oriundas de famílias de baixa renda. Esses contextos evidenciam vivências experimentadas por mulheres negras (RARA, 2019), cuja atribuição profissional ainda se encontra alinhada a padrões colonialistas que dialogam diretamente com as discussões de raça.

No caso das mulheres migrantes, Roberto Marinucci (2022) elucida que a situação é agravada pela precariedade trabalhista e se intersecciona com as discriminações de gênero, raça, nacionalidade, sexo e religião. A isso se deve pelas consequências do *ethos* patriarcal, androcêntrico, sexista e colonial que as torna mais vulneráveis e suscetíveis às violências de gênero e sexuais. Um dos marcadores de diferença que sobressai é sem dúvida a questão da raça. Pois, segundo Marinucci (2022),

São racializadas e enfrentam os preconceitos coloniais ainda arraigados em muitos países; finalmente, enquanto estrangeiras experimentam as consequências da xenofobia e da rigidez das políticas migratórias que pesam mais que exploração, discriminações e abusos no lugar de trabalho (MARINUCCI, 2022, p. 7).

Por isso, solicitar uma maior visibilidade das perspectivas decoloniais na teoria e na pesquisa sobre o trabalho doméstico tem a finalidade de abrir espaço para ampliar as discussões políticas e intelectuais acerca das análises acadêmicas em questões críticas da história das mulheres e da subjetividade histórica. Diante não somente deste quadro atual, Joaze Bernardino-Costa (2015) convida-nos a refletir sobre a moldura histórica de desigualdades da sociedade brasileira desde a época colonial escravocrata até os dias de hoje, em que as trabalhadoras domésticas, ‘saem de traz das portas das cozinhas’ e renascem enquanto sujeitos contemporâneos de direitos, demandas e existências.

É nessa entoada do giro decolonial que proponho examinar a interação crítica com modos eurocêntricos de ser e pensar de sujeitos apagados da história. Sem a intenção de recriar novos conceitos, mas adotar um olhar interessado em práticas, lutas e reivindicações que contestam a violência político-epistemológica da Modernidade, conforme Walter Mignolo e Catherine E. Walsh (2018) denominam de ‘pluriversalidade decolonial’: a capacidade das práxis e epistemologias locais de iluminar, relacionar ou se correlacionar com aquelas que existem em outros lugares.

A complexidade do reconhecimento das trabalhadoras domésticas traz à tona problemas estruturais da América Latina, do mundo e atuais. Lorena Poblete (2022) em sua pesquisa na Argentina evidencia a informalidade como característica do trabalho doméstico com apenas 24% dos trabalhadores domésticos registrados e as respostas institucionais para uma agenda de trabalho decente. No Brasil, Marta Maria Valeriano & Tania Ludmila Dias Tosta (2021) discutem a intersecção de raça, gênero e classe na produção das desigualdades vividas por trabalhadoras domésticas no Brasil e como essas desigualdades se acirram em contexto de crise pandêmica. A pandemia da covid-19 no Brasil<sup>1</sup>, precedida e intensificada por um duro contexto de recessão

<sup>1</sup> Sobre a contratação dos trabalhadores domésticos durante a pandemia da covid-19 (MYRRHA et al., 2022), ver: [Projeto Domésticas UFRN](#).

econômica e de ampliação de políticas de flexibilização dos direitos trabalhistas, acentuou desigualdades historicamente estruturantes da ocupação.

É nessa invertida epistemológica, segundo Jaileila Araújo Menezes et al. (2022) da violência colonial física e epistemológica e apesar da colonização *strictus sensu* ter acabado, ficaram seus efeitos em termos de padrão cultural branco/europeu como organizador do mundo, da vida e do pensamento. Percebemos que examinar nossas estruturas de conhecimento colabora para o processo de descolonização das nossas subjetividades e no enfrentamento das injustiças cognitivas através da elaboração de outras narrativas pautadas nos saberes e fazeres de povos historicamente desqualificados enquanto produtores de conhecimento (MENEZES et al., 2022).

Diante disso, a fim de contribuir para a contextualização da temática, foi realizado um levantamento primário das narrativas das trabalhadoras domésticas imigrantes para descolonizar o conhecimento e as práticas e fornecer uma compreensão mais perspicaz das reivindicações de identidade profissional e existência de vida e no trabalho. Neste artigo, apresento a experiência da oficina *Redes de Migração e Trabalho Doméstico*, que aconteceu como uma das atividades do projeto: *Do sertão para outros mundos: as redes de relações sociais nos processos migratórios para o trabalho do/no Norte de Minas Gerais*, financiado pela FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) e CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)<sup>2</sup>, inserido no grupo de pesquisa *OPARÁ-MUTUM: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e Comunidades Tradicionais do rio São Francisco/CNPQ*, como um exercício de matriz construcionista, para discorrer sobre um grupo de mulheres que produzem seus sentidos através das vivências de suas trajetórias de vida, os curso das suas vidas, as narrativas de suas histórias vividas. O que se produz pelas participantes da pesquisa “[...] são construções conversacionais dialógicas” (SPINK, MENEGON; MEDRADO, 2014, p. 33). Compreende-se o grupo social como um lugar discursivo de negociação, destacando-o como espaço de práticas discursivas, no qual destacam-se os aspectos relacionais da construção de narrativas de si.

O objetivo geral do artigo é analisar de que forma essas mulheres, domésticas e migrantes, por meio da oficina, especialmente pela transmissão de filmes, dinâmicas de grupos e a discussão de questões ligadas ao trabalho doméstico remunerado e de suas vozes insurgentes podem avivar a valorização e o reconhecimento de sua profissão e de suas experiências políticas e culturais como estratégias de emancipação social.

---

<sup>2</sup> Foi submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas com seres humanos da Universidade Estadual de Montes Claros-MG, conforme determina a Resolução nº 510 do Conselho Nacional de Saúde, de 07 de abril de 2016. Aprovação CEPEX – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº. 020/2017.

## Notas Metodológicas

A oficina *Redes de Migração e Trabalho Doméstico*, que apresento neste trabalho, foi pensada como estratégia metodológica decolonial que proporcionasse emergir “[...] lugares de falas, lugares de ouvir e maneiras de pensar” (RODRIGUES et al., 2017), cujo objetivo foi construir um ambiente coletivo de participação com as domésticas migrantes a partir de suas vivências. Para Spink, Menegon & Medrado (2014), a oficina é lugar de fala, expressão e promoção do exercício ético-político, a partir do momento que oportuniza a transformação nas trocas de experiências e embates construtivos.

“O ato de falar é como uma negociação entre quem fala e quem escuta, isto é, entre falantes e suas/seus interlocutoras/es [...]” (KILOMBA, 2019, p. 42-43). Ouvir é, nesse sentido, o ato de autorização em direção à/ao falante. Alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida. Nessa dialética, aquelas/es que são ouvidas/os são também aquelas/es que ‘pertencem’. “E aquelas/es que não são ouvidas/os se tornam aquelas/es que não pertencem” (KILOMBA, 2019, p. 42-43).

Ancorado na produção do conhecimento a partir dos sujeitos de quem o produz, assumo a *Ecologia dos Saberes* conceito cunhado a partir da concepção de Boaventura de Sousa Santos (2010), de que o espaço é a manifestação e produção de saberes que emergem das lutas sociais fruto das experiências locais, situacionais, como práticas culturais que antes eram subalternizadas e agora são reconhecidas enquanto manifestos de produção do conhecimento.

A pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011), é tomada como ponto de partida. Sua contribuição pode desempenhar um papel importante nos estudos e na aprendizagem dos pesquisadores e nas demais participantes imersas em situações problemáticas. O facilitador através da experiência pessoal ajuda as participantes na elaboração de tarefas, propondo, incentivando e sugerindo sua articulação e inserção por toda a oficina é de forma contextual, dialógica e interpretativa. Dessa forma, ele ajuda na sistematização dos assuntos emergentes, propiciando a reflexão do grupo e dando devolutivas quando essas forem necessárias (AFONSO, 2010).

A oficina envolveu a transmissão de cenas do filme *Domésticas*<sup>3</sup> e posteriormente levantadas algumas questões relativas às condições de trabalho das empregadas domésticas. A escolha deste filme, justifica-se pela relação do cinema com as relações de gênero, como aponta

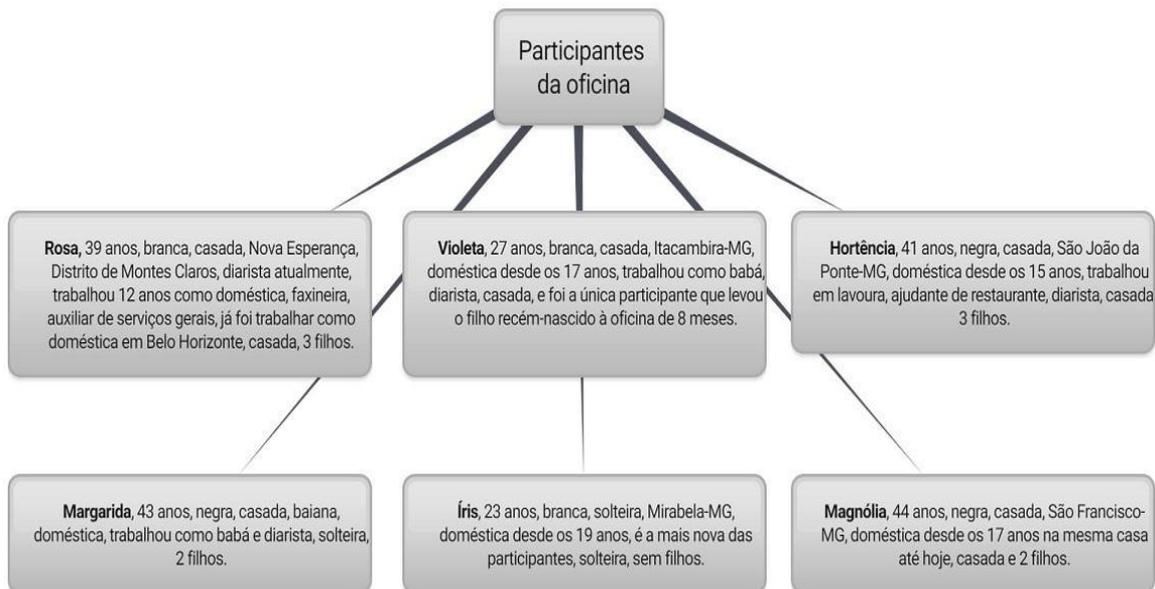
---

<sup>3</sup> De Fernando Meirelles, em codireção com Nando Olival, 2001. Tematiza o trabalho doméstico, tendo como protagonistas cinco empregadas domésticas que trabalham em casas de famílias de classe média, em São Paulo, no ano de 2001: Roxane, Raimunda, Quitéria, Créo e Cida. Partindo deste cenário, o filme traz consigo mensagens simbólicas do universo doméstico.

Rosana Cássia Kamita (2017) na maior parte das vezes a linguagem cinematográfica, apresenta-se como objeto a partir de um olhar masculino e como imagem esmaecida quando se trata de responsável pela criação de sentido. Muitos filmes reproduzem uma ideologia que autoriza um discurso oficial como sendo o masculino enquanto ignora ou desautoriza manifestações insurgentes. Assim, a representação da mulher quando está de acordo com o discurso oficial de dado momento histórico é amplamente divulgada, já a representação que não se insere nos moldes tradicionais ou na ótica de uma cineasta com posicionamento crítico não terá a mesma visibilidade.

As participantes da oficina foram seis mulheres: uma babá, duas diaristas e três domésticas (mensalistas). Todos os nomes são fictícios e designados por nomes de flores, com idades entre 23 a 44 anos. O perfil das participantes é de mães, casadas e solteiras, domésticas/diaristas, de origem rural, migrantes de primeira e segunda geração (levando em conta que a migração é geracional). Em relação à religião, elas se declararam: católicas e evangélicas. Quanto a raça/cor, três se autodeclararam negras e três brancas como mostra a Figura 1, abaixo.

**Figura 1:** Participantes da oficina



**Fonte:** Dados da pesquisa de campo (2018).

Elas foram reunidas por conveniência e convidadas a ingressar a partir do contato com o Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), no bairro Village do Lago I, em Montes Claros/MG, um local de fácil acesso aos pesquisadores/as. A coordenadora do CRAS havia nos relatado que enviou o convite para 20 mulheres assistidas na unidade e que estavam, no momento, trabalhando como domésticas (diarista ou mensalista) ou encontravam-se desempregadas.

Especificamente, eram mulheres que viviam algum tipo de vulnerabilidade, com histórico de permanência no serviço, ou seja, que participavam das palestras há muito tempo, com frequência de solicitação de benefícios eventuais e contra referenciadas pelo CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Inicialmente, o convite foi realizado através de contato telefônico ou visita domiciliar. Ademais, as participantes foram informadas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), constando a gravação, o direito e uso de imagem e/ou informações por elas prestadas, lido e assinado, assim como a divulgação dos resultados com finalidades acadêmicas.

Em geral, essas mulheres viviam em Montes Claros/ MG<sup>4</sup> há mais de dez anos. Todas trabalhavam como domésticas (mensalistas e diaristas) e eram migrantes internas de comunidades rurais de pequenos municípios vizinhos a Montes Claros/ MG, na visão de Mary Jane Spink, Vera Mincoff Menegon & Benedito Medrado (2014) o caráter político e transformador da ação em grupo configura o encontro entre a participante e o pesquisador que tornou um espaço privilegiado para estudar as relações de poder que controlam, selecionam e organizam enunciados, bem como produzem regimes de verdade e formas de resistência.

As análises das narrativas concatenam-se com a análise temática, preconizada por (Braun; Clarke, 2006 *apud* Souza, 2019), que é um método de análise qualitativa de dados para identificar, analisar, interpretar e relatar padrões (temas) a partir de dados qualitativos. Através da exposição dialógica, das narrativas das participantes migrantes domésticas, na oficina, baseada no diálogo, em ouvir as mulheres, e na escuta das suas relações e indagações sobre o trabalho doméstico e o processo de migração foram elementos constitutivos que auxiliaram na elaboração de um conhecimento, mais próximo possível da realidade vivenciada pelas migrantes pesquisadas.

## Resultado e Discussão

A apresentação das cenas do filme *Domésticas* (Foto 1) norteou as discussões subsequentes da oficina. O objetivo desse momento foi, por meio do reconhecimento, abrir um espaço para a socialização das trocas de experiências, quebrando o silêncio que está por trás das imbricadas relações do trabalho doméstico, compartilhar o indizível. No campo dos estudos decoloniais,

---

<sup>4</sup> Montes Claros/ MG, localizada na região Norte do Estado de Minas Gerais, exerce influência nos processos migratórios, seja na migração permanente, seja na migração de passagem (ponto de apoio), devido à sua localização. Seu processo de industrialização, face ao processo de urbanização, gerou uma intensa transferência de pessoas das comunidades vizinhas e de suas zonas rurais para a cidade.

Gayatri Chakravorty Spivak (2020, p. 241) diz que “[...] o *sócius*<sup>5</sup>, afirma-se, não é traçado com base na escritura, não é textual. Diz-se inclusive que, quando nos apresentamos como agentes de uma história alternativa, nossa própria emergência na ‘corte de reivindicações’ não é dependente da transformação de uma escritura em algo legível”. Ou seja, o esforço aqui é o da representação, como exercício crítico ele acaba assumindo o lugar do outro, ao invés de se comprometer em criar condições para que o subalterno fale e com isso possa ser ouvido.

**Foto 1:** Cenas do filme *Domésticas* (2001).



**Fonte:** Disponível em: <http://www.domesticasofilme.com.br/port/pabertur.html>. Acesso em 15 jun. 2022.

Os relatos das domésticas parecem mostrar uma consciência clara das discriminações, da desvalorização e da falta de reconhecimento. Algumas enfatizam que essa é a atual situação e condição do trabalho doméstico:

Rosa: Não tem valor. A gente trabalha muito e se você deixar até a hora de dormir tem serviço. Mas não tem muito valor. Até a gente mesmo que é doméstica não valoriza. O trabalho é cansativo, repetido e todo dia a mesma coisa, mas não é valorizado.

Hortência: Eu trabalhei dois anos na casa de uma família, sempre que seu patrão te olha de rabo de olho você pensa assim, não foi com você! Essa pessoa era filho da mulher [patroa], ele nunca deixava uma moeda no chão só a mulher tinha dinheiro na casa, os filhos ninguém tinha dinheiro para ajudar. Quando eu fui entrando no quarto dele cinquenta reais no chão, aí eu pensei isso não está prestando! Fui lá e coloquei em cima da cama [...]. Quando deu mais ou menos duas horas da tarde já estava terminando o serviço para ir embora, aí, ele foi chegando e saiu de novo e passou olhando para mim assim. Falei: ‘esse homem está esquisito!’. Aí eu falei: ‘Dona Ana, Alex esqueceu 50 reais em cima da cama dele’. Peguei esse dinheiro e entreguei para ela. No outro dia, subi a escada para levar o café, eu encontrei com ele, ele não olhou para mim. Passou o dia todo, aí perguntei para

<sup>5</sup> O conceito de *sócius* em Spivak (2020) parece ter o mesmo significado que em Deleuze & Guattari (2010): Um plano de relações onde é possível construir formas de descentramento. Cf.: DELEUZE, G. & GUATTARI, 2010.

Dona Ana se ela entregou o dinheiro para Alex, ela falou não ‘fiinha, tem nada, não!’. Aí eu pensei: ‘esse povo está me testando!’. Ele subiu e eu falei com ele que o dinheiro estava com a mãe dele. Ele foi perguntar a mãe dele cadê meu dinheiro que Hortência achou debaixo da minha cama? Ela falou que ele não tinha dinheiro! Ou seja, ela estava era me testando ou se eu era ladra ou se eu limpava debaixo da cama!

Magnólia: Igual assim, eu acho que eles tratam a empregada doméstica assim [...]. Sente-se muita humilhada, muito mal, nunca está no gosto deles, a gente se sente muito humilhada. Não é um desejo, a gente trabalha, porque precisa, né? Eles não valorizam. Eu trabalho mais na cozinha e eles não valorizam, assim o trabalho, né?

Hortência: Tem sempre aquele negócio, ‘– Ah fulano, fazia melhor que você!’. Então, porque fulano não está lá trabalhando até hoje?

Rosa: Aquela cena que fala que trabalhar de doméstica é uma sina? Eu acho assim para quem gosta, né?

Hortência: Todo serviço é digno [...] [inaudível] Você tem que fazer alguma coisa que você gosta. Você tem que fazer o que você gosta, mas não tem respeito, não é bem tratada!

Magnólia: Os anos que trabalhei como empregada doméstica até hoje as pessoas me tratam bem. Eu precisei sair mesmo, porque tive filho, né? E cuidar da minha mãe.

As domésticas, aos poucos, iam se desinibindo e compartilhando suas experiências. Algumas, enquanto memória, e outras como realidade muito presente no cotidiano das relações trabalhistas, do trabalho doméstico. Todas se identificaram e relataram fatos parecidos com as cenas do filme. A desvalorização do trabalho doméstico é ainda uma realidade social desse *lócus*. O roubo e o furto operam como marcadores da estranheza e da falta de confiança na relação estabelecida entre patroas e domésticas. Inês Brasão (2012) denota que a subversão, conotada com a marginalidade, é explorada pelas regras do jogo das empregadoras. Também a migração, uma realidade revelada pela autora de que ela nunca se fizesse “às escuras”, dado que uma rede de contatos garantia as colocações e a chegada à cidade.

Jurema Brites (2000) aponta que existe um espaço de negociação em que o ‘roubo’ cometido por pessoas subalternizadas, é uma atitude presumível, e estaria intrínseca à relação de desigualdade social. Quando Hortência diz que a patroa fica testando-a, deixando dinheiro debaixo da cama, há uma negociação presumida de que ou ela não faz a limpeza toda ou utiliza do poder hierárquico e do poder conferido ao dinheiro para estabelecer confiança. E nesse jogo, há sempre reverência à empregada anterior, sempre denotando que o trabalho dela era melhor. Essas tensões fazem parte do jogo das relações de poder de gênero, cotidianas, das intimidades das relações entre patroas e domésticas.

Como se vê, o que chama a atenção nesse exercício é o conceito de colonialidade do poder de Anibal Quijano (2000) para a compreensão dos modos de reprodução dos sistemas hierárquicos que ainda se atualizam na contemporaneidade que manifesta um modelo hegemônico global, que

articula raça, trabalho, subjetividades e espaços de acordo com a necessidade do capital e para o benefício de determinadas populações em detrimento de outras.

Pelo menos uma das participantes aponta como se dá a adaptação na casa das patroas, quando se vem de espaços diferenciados:

Hortência: Tinha acabado de chegar de São João da Ponte<sup>6</sup>, aquelas pessoinhas bem simples, da roça, não sabiam como funcionava espremedeira, eletrodoméstico, né? Assim no início, né? Mas eu sabia fazer tudo em casa, eu sei! Em casa, eu sei, né? Alguns equipamentos eu não usava, não sabia mexer. Eles falavam, mas você é burra! Eu não sou burra, eu que nunca tive um! Um dia eu vou ter um também. Só que eu não respondia ficava calada. Chegou um tempo que eu aprendi a falar. Ia para o banheiro e chorava, chorava! Aquilo mata a gente por dentro, você escuta, escuta! No início não respondia, aí chegou um tempo que eu aprendi a falar. Até quando eu mudei para cá, eu tinha parado de estudar lá em São João da Ponte. Quando vim para Montes Claros, voltei a estudar lá no CAIC [Centro de Atenção Integral à Criança] do Renascença. Só que é o seguinte, todo mundo zombava de mim na sala de aula, muita coisa que vocês falam a língua correta aqui, eu aprendi a falar daquele jeito lá da roça. Quando eu cheguei, se alguém falasse uma espiga de milho, olha que espiga de mio bonita! Sempre tinha um mais inteligente que dizia né mio não, burro! É milho! [risos] E aquilo foi servindo para mim.

As novas sociabilidades, as mudanças no mundo do trabalho e as novas experiências na cidade são muito bem retratadas no relato, acima, de Hortência. As migrantes trazem sua aparência e hábitos dos meios rurais, alterando a paisagem urbana, seja pelo modo de vestir, linguagem, hábitos. As mulheres, como integrantes de grupos oprimidos, na visão de Patrícia Hill-Collins (1990), detêm a ‘vantagem epistêmica’ de conhecer e compreender as ações e comportamentos de ambos os grupos, dominantes e oprimidos, e o fato de terem conhecimento das práticas tanto de seus próprios contextos quanto daqueles de seus opressores pode colocá-las em uma posição privilegiada para avaliar a sociedade e propor alternativas, a partir de um ponto de vista e de uma posição formada por esta dupla visão.

Lélia Gonzalez (2018) se interessa pelas desigualdades que se manifestam no Brasil e na América Latina, em conjunto com o capitalismo mobilizando raça, sexo e classe de modo a colocar as mulheres negras no nó das desigualdades que estruturam suas sociedades. Segundo a autora, o lugar da mulher negra na divisão racial, sexual e social do trabalho no Brasil tem se fixado, historicamente, nas atividades manuais relacionadas à reprodução.

Quando questionadas sobre os estigmas da profissão de “doméstica”, a maioria considera que:

Rosa: Não é uma sina! É uma profissão! No filme, ela fala que é modelo e manequim, será porque, será que é vergonha?

<sup>6</sup> Município brasileiro do estado de Minas Gerais, localizado no Norte. Distância da capital, Belo Horizonte, em 574 km. Sua população estimada, em 2013, era de 30.362 habitantes. E fica a 108,8 km de Montes Claros.

Facilitador: Vocês acham que as pessoas que trabalham de empregada doméstica têm vergonha de dizer?

Hortência: É o jeito de falar!

Rosa: Muitas têm, né?

Hortência: Muitas falam que não sou empregada doméstica, falam que são auxiliar de serviços gerais.

Violeta: Secretária do lar.

Hortência: Secretária do lar é quando você trabalha em casa de família.

Magnólia: Na minha carteira, lá não ponham!

Hortência: Igual gari, o que passa na cabeça de todo mundo quando fala que é gari? Ninguém vê como uma profissão bonita? É respeito, só vê como catador de lixo. Um exemplo, cada rapaz bonito correndo atrás do caminhão debaixo de chuva, de sol, é um serviço digno! É uma profissão!

Essas falas explicitam como essas mulheres compreendem o reconhecimento de si enquanto domésticas e suas condições de trabalho. Por isso, ao falar do reconhecer-se enquanto uma classe, emerge a condição social, a invisibilidade, a exploração, culminando na desvalorização do trabalho doméstico. Nesse sentido, pode-se perceber o não-reconhecimento como algo latente nas cenas do filme e nos chamamentos que as patroas as atribuem: secretárias do lar, auxiliar de serviços gerais, entre outros. São *insights* de prestígio e distanciamento social incorporados, justamente, por não haver a identificação com a categoria “doméstica” e como efeitos de controle das relações hierárquicas baseadas no gênero.

Lúcia Helena Soratto (2006) aponta vários fatores que coadunam para a falta de reconhecimento social das domésticas em relação ao desempenho de suas atividades, entre eles: desvalorização social, humilhação, dependência, submissão, discriminação, situações humilhantes decorrentes da posição de subordinação das domésticas na casa das patroas, a falta de valor, emoções negativas frente à profissão muito ligada à herança escravocrata, o campo restrito de atividade e lazer para a elaboração dos problemas pessoais e profissionais e a carga de trabalho elevada, para além da dificuldade de uma formação de identidade da trabalhadora doméstica. Percebe-se nas falas acima que há uma divergência de denominações da doméstica, como uma identidade profissional negativa, pela recusa em assumir o trabalho doméstico como profissão, o que gera omissão e vergonha.

A partir do conceito de colonialidade do poder, Bernardino-Costa (2015) diz que é possível visualizar um padrão de poder mais estático, que teve sua origem nas administrações coloniais e se mantém até o presente. Este conceito pode ser complementado pelo conceito de interseccionalidade, uma vez que este nos remete a uma dimensão mais dinâmica da produção, manutenção, das lutas e resistências às desigualdades e às identidades estigmatizadas e subalternizadas.

Assim a interseccionalidade definida por Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177), é a de que “[...] os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem”. A interseccionalidade é uma ferramenta de análise que marca as diferenças em determinados grupos e que produz formas diversas de experienciar a discriminação. E aqui, nas narrativas das domésticas, o patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Pois, ao servir com paternalismo seus patrões sua condição de classe é obscurecida. O que Crenshaw (2002) admite na verdade, que tais sistemas, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam.

Segundo Hill-Collins (1990, p. 18), a interseccionalidade pode ser compreendida como “[...] formas particulares de opressão que se interligam, por exemplo, intersecções de raça e gênero [...]”, pois as opressões trabalham juntas para produzir injustiças e, nesse sentido, uma opressão não pode ser reduzida a um tipo fundamental ou compreendida de forma isolada, há eixos de opressão que se entrelaçam no quadro de uma matriz de dominação. No caso das domésticas, essas perversidades e invisibilidades são buriladas na infância com a domesticação dos corpos, à exclusão dos direitos ou ao acesso precário à justiça e o rebaixamento pessoal derivado da estima social.

Sobre o recrutamento de domésticas, a maioria relatou sobre a servidão e as exigências que a modalidade de ‘dormir no emprego’ ocasiona:

Violeta: Só que tem uma parte lá na lei que pode ter acordo entre empregada e empregador, né? Por exemplo, quando te chama para dormir, você vai dormir. ‘– Mas não vou pagar salário, vou te dar coisas pessoais que você precisa, roupas, essas coisas...’. Talvez seja um acordo! Não sei se para dormir tem acordo; eu fazia acordo!

Hortência: Quando chego no UAI [SINE] e vejo esses anúncios de procura-se doméstica para dormir no serviço... Oh! Vai achar não!

Violeta: Fiquei oito dias e oito noites. Aí eu falei que não ia ficar, não! Toda hora o menino chora! Aí ela pegou e me pagou os oito dias e as oito noites. Só que ainda não tinha essa lei ainda não.

Facilitador: O que vocês acham desses acordos?

Magnólia: É bom!

Violeta: Com acordo, você fica igual.

As situações descritas acima são comuns no cotidiano das domésticas. Como assinala Brites (2000), trata-se da complementaridade estratificada, que torna o trabalho doméstico uma alternativa cômoda para as patroas e, nos moldes que a atividade é realizada, acaba gerando soluções que se encaixam nas necessidades concretas de sobrevivência das domésticas. E os acordos são operadores dessa relação em que a palavra é a garantia de seu direito. Os acordos funcionam como estratégia de

*habitus* muito presente na relação patroa e doméstica, geralmente, configuram-se em violações de direitos das trabalhadoras por envolverem afetividade e hierarquia de gênero, já que uma mulher se vale da sua condição social para vulnerabilizar outra. São práticas recorrentes e estimuladas tanto entre as patroas quanto entre as domésticas, como percebido nas falas das participantes da oficina.

Gago (2020) resgata o conceito, criado pelos movimentos antiextrativistas latinoamericanos (movimentos que são indígenas e comunitários) de ‘corpo-território’, que é sempre um corpo localizado, de forma que a violência e o assassinato de corpos femininos se expressam como uma renovação do pacto colonial. Corpos-territórios são corpos dos quais violentamente se extraem recursos econômicos. E aqui se faz necessária uma elucidação: a autora amplia a ideia de extrativismo, de forma a abarcar também a exploração do trabalho doméstico remunerado, em outras palavras, neoextrativismo é a exploração financeira que não é mediada pelo trabalho assalariado.

Por vezes, devido à grande vulnerabilidade e falta de proteção, a trabalhadora termina por aceitar propostas de patroas. Seja por não ter conhecimento de seus direitos, seja por receio de perder o emprego. Assim, a política pública que regula o trabalho doméstico no Brasil (BRASIL, 2015) não prevê a fiscalização do que acontece nas residências, tornando difícil o controle dessa relação de trabalho. Donna Haraway (1994) propõe uma interpretação da objetividade em termos de *conhecimentos situados*, pois, para a autora, o conhecimento é sempre situado e dependente de um contexto inserido dentro das práticas de cada grupo social.

Por esse motivo, há a necessidade, segundo Soratto (2006), de estabelecer e manter limites entre o pessoal e o profissional, demandando esforços tanto dos patrões quanto das domésticas. Podem variar os estilos e as estratégias adotadas diante das situações, mas a demanda pela gestão dos afetos parece uma característica estrutural do trabalho doméstico, que aqui, se apresenta pelos acordos operados no espaço privado das unidades domésticas cujas relações são muito menos formalizadas. A passagem da posição de prestadora de serviços para a posição servil pode acontecer em qualquer momento, sendo motivo para disputas, resistências e conflitos (SORATTO, 2006).

Nesse ponto, são válidas as reflexões de María Lugones (2008, p. 193) sobre a colonialidade de gênero de que é preciso “[...] superar essa dominação colonial, construir um feminismo decolonial capaz de construir categorias representativas dos não ditos da modernidade e colonialidade no tocante ao gênero”. Os relatos em tela se imbricam nesse aspecto do contrato labial e do poder como linguagem das patroas ao propor acordos com as trabalhadoras domésticas, são violações que escapam ao que de fato está na garantia dos seus direitos.

Quando questionadas sobre as experiências migratórias e suas trajetórias, a vulnerabilidade e a exploração são referidas em suas falas. No Brasil da década de 1990, Bridget Irene Hill (1995) diz que a história do serviço doméstico no século XIX é a história da migração urbana. A partir desse fato surge uma outra característica comum das domésticas – sua vulnerabilidade. Essa migração persiste ainda nos dias atuais e nas memórias dessas mulheres, geralmente se processa na adolescência como aponta a fala de Hortência que migrou aos dezesseis anos, trabalho este considerado difícil e que se avoluma, como as transferências de funções em que a patroa enxerga na doméstica como uma profissional ‘faz tudo’, inclusive, podar árvores. Há aqui, uma intersecção entre a orientação dada por Hortência a uma garota de dezesseis anos vinda do meio rural. Advertências e troca das experiências podem ser interpretadas como resistência às práticas de subordinação que foi submetida em tempos atrás e agora, com toda a bagagem adquirida, sente-se na posição de alertar as novas migrantes no que esperam por elas ao aceitar entrar nesse nicho laboral.

Desse modo, numa reflexão sobre as fronteiras e tensões da regulação e emancipação essas domésticas colocam uma crítica à modernidade ocidental na instituição de seu quadro epistemológico, referenciado por Santos (2011) em *A crítica a razão indolente – contra o desperdício da experiência*, que as coloca a refletir como as experiências sociais a partir de suas vivências constituem um papel determinante e fundamental de possibilidades emancipatórias e decisórias contra as práticas hegemônicas.

Essa consciência cunhada por Glória Anzaldúa (2019) é necessária para o nascimento de uma identidade que resgatasse (‘desenterrasse’) a consciência de sua comunidade – e aqui ela insere a *New Mestiza, uma conciencia de mujer. Uma consciência das Fronteira*. A mestiça/doméstica/imigrante deve construir sua nova consciência sob essas diferenças. Uma consciência que englobe, tal como o seu lugar de enunciação - a fronteira, os diversos elementos díspares que formam a sua subjetividade. Elementos que se mesclam para formar uma identidade porosa, flexível, mutável e maleável, sem limitações fixas. Uma identidade que abarca e compreende os opostos existentes nas margens fronteiriças das duas culturas com as quais convive, capazes de incluir ao invés de excluir.

Muitas participantes relataram que o trabalho doméstico foi uma das primeiras atividades exercidas no ambiente urbano, embora, no meio rural, já tenham tido trabalhado em lavouras:

Facilitador: Todas vocês que estão aqui, e sintam à vontade para dizer, esse trabalho, o trabalho doméstico, foi o primeiro emprego de vocês ou começaram trabalhando com outras coisas?

Hortência: Eu comecei a trabalhar mesmo foi em lavoura de coentro, alho e cebola. Comecei muito cedo, nem minha mãe eu conheci, quando ela partiu meu irmão com um ano e eu com dois anos. Foi assim, um criava seis meses empurrava para outro. Se alguém me pegasse amanhã, já era para cuidar do outro que ia nascer. Se alguém me pegar com doze anos, já ensinava tarefas os outros, também. Aprendi ensinando os outros, não tinha ninguém para me ensinar.

Magnólia: Meu primeiro emprego foi de doméstica.

Violeta: Comecei também como doméstica, com dez anos. Com dezessete anos, meu pai separou da minha mãe. Minha mãe mandou ir morar com uma dona dez anos e fui ficando, mas eu estudava nunca deixei de estudar trabalhava de dia e noite ia para escola de ônibus, porque era escola rural. Quando o ônibus quebrava, tinha que vir a pé, chegava uma hora da manhã em casa acordava às seis horas. Eu ganhava cinquenta reais. Na época, ia falar para aumentar: ‘- Tá caro!’ As coisas estão caras, eu não vou ficar ganhando esse pouquinho, não!

Hortência: Mas aí eu não acho que você foi trabalhar como doméstica, você foi escravizada igual minha irmã. Chegava na casa, ela não dava conta de morar na casa, sabe o que ela fazia? Voltava para trás. Ela fugia para casa da minha mãe, aí a mulher ia atrás e fazia minha irmã voltar para trás desse jeito. ‘- Ah, porque sua filha vai morar aqui, vai poder estudar e trabalhar’. Que estudar e trabalhar que nada! É escravizada, moço!

Violeta: Eu nunca deixei de estudar, estudar eu sempre procurei meu ensino.

Magnólia: Antes você pegar o carrinho e sair catando reciclagem, não tem valor nenhum, do que trabalhar na casa de família, não presta!

Percebe-se pelos relatos que Hortência, desde criança, começou a trabalhar na roça, em plantações de coentro, alho e cebola e mais tarde vieram para a cidade trabalhar em ‘casa de família’. José Fontes Félix (2010) explicita que o primeiro emprego doméstico da mulher marca a construção da autonomia e o isolamento do seu grupo familiar. Muitas vezes, essas mulheres vêm de grupos familiares dissolvidos por problemas de pobreza, álcool, drogas e desentendimentos familiares.

O *habitus* como demonstra Pierre Bourdieu (1990) é uma disposição que as trabalhadoras domésticas adquirem a partir das suas experiências nos espaços sociais em que são criadas. Ele orienta o gosto, as formas de percepção e apreciação do mundo. No entanto, quase nunca é consciente de sua presença nas condutas. É vivido de forma inexperiente, quase sempre sem contar com o apoio de pessoas afetivamente próximas ou pessoas que, ao menos, facilitem a compreensão dos hábitos e costumes que são, no mais das vezes, estranhos aos seus.

A partir das narrativas das trabalhadoras constatou-se que a experiência de trabalho infantil foi uma negatividade absoluta, de acordo com Bernardino-Costa (2015). Se no imaginário das classes populares pensa-se que a filha terá melhores condições de vida ao ser criada por famílias abastadas, como revela Karina Oliveira Brito (2018) mediante ao apadrinhamento, que às vezes possuem relação de compadrio com a família da trabalhadora doméstica, evidenciando que nem sempre a realidade vivida por estas trabalhadoras revela o contrário: um dia a dia de muito

sofrimento, que deixa poucas lembranças positivas a estas mulheres. Em outras palavras, o trabalho doméstico infantil constitui-se num eixo de desempoderamento e vulnerabilidade.

Fato muito comum encontrado no Norte de Minas Gerais dada a transformação social e econômica da região, promovida por baixos índices de desenvolvimento social e humano, com projetos calcados na expulsão de povos de comunidades tradicionais, a falta de políticas públicas bem geridas reforça a tese de uma ‘cultura de migrar’. Segundo Leonardo Gomes de Souza (2016), ela é transmitida através das gerações e pelas redes sociais. Essa cultura molda valores e atitudes, elevando o deslocamento a um ‘fato natural’, oportuno para o sucesso financeiro pessoal e familiar. Por isso, as falas são carregadas de ressentimento, seja pela desigualdade, seja pela desvalorização do trabalho doméstico. Segundo Félix (2010, p. 46), a situação da “[...] doméstica é uma relação singular de mulher trabalhando para outra mulher, na maioria dos casos, ambiente propício para os jogos de conflitos de gênero e classe, mesmo que seus participantes não percebam devido à cultura imprimada que torna o seu enredo como natural”.

Se por um lado Avtar Brah (2006) advoga que o gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder, isso não recobre a forma como os marcadores de diferença se estruturam. Nesse sentido, a categoria ‘mulher’ sempre vem adjetivada, tais como ‘mulheres da classe trabalhadora’, ‘mulheres camponesas’ ou ‘mulheres imigrantes’. Cada descrição está referida a uma condição social específica. Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões.

A interpretação dessa origem comum das domésticas pode ser vista como uma prática cultural aliada à ‘cultura doméstica’ e à ‘cultura migratória’ dessas famílias pobres da região do Norte de Minas Gerais, configurando-se como uma tática de sobrevivência articulada às construções de gênero dos grupos familiares. Voltando ao reconhecimento da atividade doméstica, algumas participantes expuseram como foi a chegada à cidade e o que mudou do tempo que chegou até hoje:

Facilitador: Vocês acham que hoje o trabalho de vocês é muito explorado e pouco reconhecido?

Hortência: Verdade. Melhorou muito, mas muito pouca coisa.

Violeta: Reconhecido porque agora assina carteira, têm férias, o INSS reconhece, né? Pode ser? Mas antes não, se você falasse que ia trabalhar de domésticas: ‘– Ah isso não é nada, não!’ Se você trabalha cinco ou seis anos de empregada doméstica, se você [quisesse] entrar para trabalhar numa empresa de ônibus, eles não te pegava porque você já foi doméstica.

Hortência: Cê já viu, eu acho que é um pouco por causa do racismo. Só pelo fato de ser mulher que pratica esse serviço aí. Ou seja, tudo para o lado da mulher é mais diferente!

Oh, hoje nós temos direito a carteira assinada e isso tudo aí! Há um tempo atrás.... Acho que é por causa da mulher!

As falas acima representadas são simbólicas do espaço social do qual essa categoria está inserida, pois descreve o racismo cotidiano não apenas como a reencenação de um passado colonial, mas também como uma realidade traumática, que tem sido negligenciada (KILOMBA, 2019). O relato de Hortência indica que houve uma melhora no trato com as domésticas, mas há ainda muita exploração e pouca valorização. Igualmente, Violeta, traz um relato sobre a dificuldade de transposição da categoria de doméstica para outra. No caso das domésticas, parecem estar sempre presas a esse nicho laboral, estigmatizadas.

Em relação à mobilidade social, Magnólia explicita que só conseguiu romper este ciclo ao conhecer o companheiro aos 15 anos de idade. Para Suely Kofes (1990), o trabalho doméstico não se apresenta como uma ocupação que encoraja a mobilidade social, devido às longas jornadas de trabalho e ao contato verbal unilateral da doméstica com a patroa, características que aguçariam a condição de sujeição da doméstica. Observa ainda que a doméstica visualizaria como mobilidade social, não o seu trabalho, mas o casamento.

Essa condição social é vista como fonte de superação e mobilidade social, como visto, nesses depoimentos verifica-se a emergência de aprofundar o entendimento do sistema de hierarquias e as desigualdades vivenciadas pelas trabalhadoras domésticas, como demonstra Bernardino-Costa (2015), não somente permitem entender uma naturalização – ou até mesmo um aprisionamento – do corpo e da imagem da mulher negra a uma posição no sistema de estratificação social brasileiro (que não é simplesmente uma herança do nosso passado colonial, mas um fenômeno retroalimentado pelas práticas cotidianas atuais), como também permitem perceber como alguns eixos de poder – raça, classe, gênero, idade – sobrepõem-se e se cruzam, gerando e reforçando opressões.

Nessa passagem da oficina, foi indagado como foi o acesso a esses postos de trabalho. Algumas enfatizam suas redes sociais, apoio institucional do SINE<sup>7</sup> e a indicação de trabalho por outras pessoas:

Facilitador: Esses trabalhos que vocês relataram que já trabalharam, como que vocês chegaram neles? Foi alguém que indicou? Foi SINE? Uma pessoa que vocês já trabalharam? Como que vocês foram parar nessas casas?

Hortência: Os meus foram tudo indicado, os de doméstica tudo indicado! Ou irmã, colega de serviço que sabia que a patroa da outra estava precisando de alguém.

<sup>7</sup> Sistema Nacional de Emprego. Trata-se de uma política pública sob a coordenação e a supervisão do Ministério do Trabalho, através da Secretaria de Emprego e Salário, e vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, com a finalidade principal de intermediar a mão-de-obra e criar postos de atendimento em todo o país.

Rosa: Tem o teste, né? Faz o teste lá em casa. Gostei, continua!

Facilitador: Como é esse teste?

Rosa: Às vezes, a pessoa fala tem como você ir lá em casa fazer uma faxina? Tem. Aí, você vai lá, faz, a pessoa gosta e continua te chamando.

Hortência diz que foi a indicação, corroborando que a primeira mulher da rede que migra inaugura a entrada de outras mulheres neste nicho do mercado de trabalho. A partir da demanda das ‘amigas da patroa’, passa a recrutar e alocar mulheres de suas comunidades rurais. Gonzalez (2018) ressalta que a mulher negra quando não trabalha como empregada doméstica, é encontrada em serviços cuja remuneração é muito baixa, e que têm conotação de servente. Tal afirmação evidencia o fato de que muitas dessas mulheres ocupam hoje papéis semelhantes aos atribuídos a elas pelo sistema colonial e racista estruturado pela branquitude.

Ao mesmo tempo em que o sistema colonial as impele, as trabalhadoras domésticas utilizam estratégias de apoio mútuo, e assim, o ciclo das redes de relações sociais para o trabalho doméstico se efetiva e se mantém. Portanto, as redes de apoio no local de destino são responsáveis pela criação das condições necessárias para garantir a inserção das mulheres migrantes no trabalho doméstico e ancorar suas trajetórias migracionais dentro de um espaço de vida que está em frequente transformação e adaptação.

Rosa falou sobre o ‘teste’. Algumas patroas utilizam desse mecanismo para avaliar o trabalho das domésticas sob o modo de execução de determinada situação. Na verdade, o que está em jogo é a pedagogia do doméstico, avaliar as aprendizagens da doméstica. Trata-se de uma avaliação subjetiva da patroa sobre a doméstica em que pesem hábitos, códigos femininos, postura, zelo, higiene e o poder sob o mando. Resta obedecer às regras e condutas introjetadas nesse espaço social, demarcado pelo antagonismo de classe. Nas palavras de Michel de Certeau (1998), as ‘maneiras de fazer’, que dizem que essas criam conhecimentos e significações, permanentemente, no desenvolvimento de suas ações cotidianas. Ou seja, como elas acionam seus próprios saberes e conhecimentos de como realizar tarefas domésticas, o que pode, em alguns casos, gerar conflitos entre elas.

Hortência: Igual, doméstica hoje em dia tem que ter carteira assinada, mas isso é muito difícil de acontecer. Eles pegam você e fica ali um mês... Se não gostar do seu serviço; depois de quarenta e cinco dias vai te pedir a carteira.

Violeta: Mas hoje tem lei, né? Para assinar carteira. Lá onde trabalho, combinou!

Margarida: Hoje, a primeira coisa que eles pegam é a carteira.

Facilitador: E hoje vocês preferem trabalhar com carteira assinada ou diarista?

Rosa: Carteira assinada é segurança, né?

Magnólia: Carteira assinada é bem melhor!

Margarida: Os tempos que trabalhei, estava assinada aí você está seguro, né?

Em relação à Lei da ‘PEC das Domésticas’<sup>8</sup>, houve uma abertura e uma consciência maior quanto à adesão da lei e à promulgação do que ela preconiza. Hortência chamou a atenção para o período de experiência, que chega até 45 dias. Violeta lembrou da existência da lei e Margarida, em suas experiências, diz que hoje em dia a carteira é pedida pelas patroas. Todas essas particularidades, como diz Hortência, envolvem relações trabalhistas que dão margens para que os acertos/ acordos sejam feitos entre domésticas e patroas, sem necessariamente estar de acordo com o que diz a lei. Margarida aponta também que a seguridade é muito almejada pela categoria e uma condição para valorização do trabalho doméstico.

A grande maioria das participantes da oficina entendeu que o trabalho doméstico deveria ser mais valorizado, pois é ele que possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa como afirma Gonzalez (2018) e, para isso, devia haver mais interação entre patroas e domésticas. O conhecimento das atividades a serem desempenhadas. Como a atividade não exige qualificação profissional formal, muitas domésticas ficam sem saber quais tarefas serão realizadas. E o ponto que mais chamou a atenção foi a referência à questão psicológica. Para Louis Le Guillant (2006), a frustração, a humilhação, o sentimento de inferioridade, a dependência, a fadiga e o ressentimento são parte da situação concreta que é dramática e acompanha a condição de doméstica, pois sua atividade a coloca em um lugar social desqualificado. Isso reforça a internalização da diferença, da inferioridade e da subordinação (GONZALEZ, 2018).

Observa-se que a visão das participantes sobre a relação com as patroas é positiva, o que não se culmina, necessariamente na promoção de um bom diálogo:

Facilitador: Como é a relação com as antigas patroas?

Magnólia: Mas não é todos, tem patrão que se me chamar de novo, eu vou.

Hortência: Converso e tudo, por mais que a gente é doméstica, diarista... Devia ser igual essas empresas, ter o dia da reunião, dia de palestra... Todas as firmas têm; por que as domésticas não têm? Hoje em dia, eles chamam a gente para passar dia de ano na casa delas, a gente vai para o fogão e cadê a diversão nisso aí? [risos].

Violeta: Tem um casal de patrão que eu cuidei do filho deles até os sete anos; se eles me chamarem e eu poder ir, eu vou! Porque eles foram muito bons para mim. Eles têm cargo alto, ela é enfermeira e ele é médico, mas eles nunca, assim, humilharam ninguém. No que podia me ajudar, eles ajudavam.

Magnólia: A gente não pode falar que é todos, não.

<sup>8</sup> Lei complementar nº 150, de 1º de junho de 2015 que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico.

A relação com as antigas patroas foi vista pelas participantes como positiva. Todavia, Hortência relatou que mesmo quando a patroa a convida para um jantar ou almoçar na casa dela, cabe a ela os afazeres; o que era para ser um dia de lazer, se configura como um dia de trabalho. Esse gesto da patroa opera no sentido que Brites (2000) denomina de roteiros encobertos (*hidden transcripts*), ou seja, ao analisar a interação entre patroas e domésticas, vivendo no seu território e presenciando-o de maneira mais contundente, pode-se compreender tanto a amplitude da desigualdade de nossa sociedade, quanto algumas táticas das quais as patroas lançam mão para relacionar-se com as domésticas e demarcar seu lugar social.

Para a maioria das participantes, há uma rotatividade grande nessa atividade. Quando perguntadas sobre o maior tempo que trabalharam na casa de alguma patroa, elas responderam:

Facilitador: E qual foi o maior tempo que vocês ficaram em um emprego?

Hortência: Três anos.

Rosa: Três anos também!

Magnólia: Também.

Margarida: Mais de dez anos.

Hortência: Chega um ponto que já misturou demais, não tem mais respeito, um mexendo na vida do outro. Aquele trem esquisito. Quando chegou esse tempo que eu trabalhei lá na casa da mulher lá, ela me colocava para olhar a filha dela namorar. Chegava de manhã, encontrava o filho da mulher dormindo pelado na sala. Quando não dá certo mais! [ênfase].

Nas falas acima, pode-se observar a circularidade e a rotatividade das domésticas. No filme *Domésticas*, uma das falas da personagem Quitéria aborda essa relação: “Vivem trocando de cama, de geladeira, aí pensei com as domésticas deve ser a mesma coisa, vou ficar pulando de galho em galho até morrer”. Hortência chama atenção para as imbricadas relações interpessoais que dificultam a manutenção no posto de trabalho. São demasiados os casos em que humilhação, sofrimento, situações de invasão de privacidade e até assédio sexual, ocasionam o abandono do trabalho doméstico.

Como aponta Soratto (2006, p. 298), em convergência com a fala de Hortência, “[...] as domésticas passaram a expressar diretamente suas insatisfações no trabalho por necessidade, depois de muito tempo suportando em silêncio tratamento que consideram indigno”. Por isso, a média de anos desse grupo na atividade doméstica em cada casa girou em torno de três anos, embora Margarida tenha dito que se manteve por mais de dez anos trabalhando em casa de família. Com o passar do tempo, elas vão adquirindo experiências e estratégias para enfrentar as dificuldades. Na visão de Soratto (2006), tornaram-se mais conhecedoras do mercado, mais confiantes para agir

diretamente em busca de melhores condições de trabalho, porque sabem que não precisam permanecer em uma situação que provoca sofrimento.

Quanto à questão geracional do trabalho doméstico, a transmissão da profissão continua sendo passada para as mulheres da família.

Facilitador: Tem alguém na família de vocês que trabalham como doméstica?

Hortência: Na minha família, todas trabalharam.

Violeta: Lá em casa, eu e minha irmã.

Hortência: Quem já trabalhou de doméstica não precisa fazer curso. Você aprende tudo, tudo!

Rosa: Até massagista! [risos].

Hortência: Psicólogo! [risos].

A maioria relatou que há, na família, alguma mulher (irmã/ tia/ sobrinha/ filha) que tenha atuado no trabalho doméstico. Hortência ainda afirma que se trata de uma atividade em que se aprende muito de outras profissões, pois envolve relações psicológicas. E Rosa relata que até massagem já teve que realizar, evidenciando abuso, o que seria considerado extrapolação da função de um trabalho formal. A situação geracional referida corrobora com os dados levantados por Félix (2010) o fato de a profissão abarcar 93,6% das mulheres negras e pobres. São tarefas socializadas pelas famílias que contribuem para a comercialização dessa mão-de-obra barata, desqualificada e migrante. A migração das jovens rurais para atuar no trabalho doméstico urbano é fato subvencionada pelas famílias da classe média e alta que podem pagar ou atrair uma menina do meio rural.

Essas distinções de gênero, como relata a autora africana Oyèrónké Oyèwùmí (2020) são a base do estabelecimento e do funcionamento do tipo de família patriarcal, bem como a base da hierarquia e opressão que se articulam em seu interior. Da mesma forma, a uniformidade do gênero é uma importante fonte de identificação e solidariedade. Assim, as filhas se auto identificam, como mulheres, com sua mãe e irmãs, e o trabalho doméstico nos dá uma medida dessa transmissão geracional-laboral.

Nesse viés, a socialização de muitas mulheres no âmbito doméstico, segundo Guélmer Faria (2014), se dá via processo de re(produção) dos papéis das mães, avós, bisavós. Quando se trata de um ambiente em que pesa a situação econômica, a pobreza, o desemprego, a falta de oportunidade, o trabalho doméstico acaba por representar um ‘trampolim’. Muito comum, no Brasil, o apadrinhamento (o “ajudar para estudar”) de meninas da zona rural para atuarem como serviçais nas

‘casas de famílias’ de classe média e alta. Entre as entrevistadas, a primeira atividade na cidade foi trabalhar como doméstica.

O emprego de meninas do interior como domésticas é legitimado tanto pelas famílias de origem, como pelas famílias ‘que acolhem’. Funciona como estratégia viável para sustentação das famílias e único meio possível para sair dos lugares em que vivem rumo à ‘cidade grande’, lugar desejado para aquelas que há gerações buscam na migração a ‘saída’ para seus problemas (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO/BRASIL, 2010).

Durante a oficina, percebe-se que as experiências e os cursos de vida dessas mulheres são entremeados e vividos pelas mulheres de suas famílias e compartilhados nos grupos familiares. Ao serem questionadas sobre a migração para os centros urbanos para atuarem como domésticas, elas disseram:

Magnólia: Dizem que em Belo Horizonte é bem melhor o salário!

Hortência: Mas o custo de vida também é mais alto. Igual fala, vai para Belo Horizonte ganhar dois salários e meio, você vai alugar uma quitinete seiscentos reais. Lá ganha mais, mas o custo de vida é alto.

Margarida: Dizem que no Rio de Janeiro o salário é bem maior!

Violeta: Conheci uma menina que foi para São Paulo, ficou lá uma mês sem trabalho, sem nada, voltou e pediu para ficar lá em casa. Mas eu falei que não dava: ela sai para procurar emprego, hoje, tá empregada aqui!

Pode-se compreender que há uma feminização da migração do interior para os grandes centros. Os relatos dão conta de informar que, na capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, o salário é melhor. No entanto, Hortência, administrando seus ganhos e fazendo cálculos de oportunidades, diz que o padrão de vida na capital também é mais elevado, o que não garantiria uma melhora na qualidade de vida. Margarida conta que no Rio de Janeiro o salário é bem maior, talvez pelo imaginário coletivo de representar a capital carioca como desenvolvida e gerando oportunidades melhores, como se vê em telenovelas brasileiras<sup>9</sup> (muito presentes no cotidiano das domésticas e que lhes tem dado certo protagonismo), que representam o Rio como espaço de ‘ganhar a vida’, ‘melhoria de vida’, etc. Mas o depoimento de Violeta vai na contramão das falas anteriores, referindo-se à experiência de uma conhecida, de frustração com a ida para São Paulo em busca de trabalho.

<sup>9</sup> No Brasil, a partir dos anos 2000, algumas produções transformaram trabalhadoras domésticas de personagens secundárias a principais. Na televisão, o seriado *A diarista* (de 2004 a 2007) e a novela *Cheias de charme* (2012), ambas da Rede Globo, são bons exemplos disso. No cinema, os filmes *Domésticas* (2001) e *Que horas ela volta?* (2015), e o documentário *Doméstica* (2013) também são retratos dessa ocupação sob esse mesmo viés de um protagonismo. No cinema internacional, o filme *Roma* (2018) narra a história de vida de uma empregada doméstica mexicana, vinda de uma região periférica rural da Cidade do México para trabalhar no bairro Roma de classe média alta.

Esses territórios domésticos e precarizados na visão de Gago (2020) revelam que a domesticação e colonização são inseparáveis, já que constituem uma relação específica, tanto no modo de explorar mão de obra quanto no de subordinar territórios. É nessa relação que se explica a relação orgânica entre o patriarcado e a acumulação em escala global. A subordinação das mulheres, da natureza e das colônias como lema da “civilização” inaugura a acumulação capitalista e assenta as bases da divisão sexual e colonial do trabalho.

Por meio dessa ‘escrivência’ como Conceição Evaristo (2005) declama, o que essas trabalhadoras domésticas carregam e expressam, através de palavras, vozes, os sentimentos, os sofrimentos, as alegrias nascida do cotidiano, das lembranças, da experiência de vida e trabalho foi possível ousar e salientar outras vozes, ouvidas, refletidas, aprendidas e pesquisadas neste espaço, percebendo que muitas são as motivações que as levam a migrar, com fatores macroestruturais, afetando tanto quanto os fatores microestruturais na migração feminina. As relações de gênero atreladas aos marcadores de diferença se vislumbram enquanto tática migratória e operam no binômio estrutural da migração, esperança e fracasso.

### **Considerações Finais**

Neste artigo buscou-se de forma genuína produzir um saber decolonial longe de categorias e autores fixos ao modelo academicista eurocentrado, patriarcal, sexista e neoliberal que utilizam teorias de resistência dos ‘insignificantes’ dos ‘destituídos de glória’ para produzir conhecimento em posição hierárquica, hegemônica e exterior que, são, na verdade cátedras de relações de poder. Tomo como decolonial aquela ação de representação em que coube a mim organizar os relatos e refletir com autores pós-coloniais uma das atividades mais invisível da sociedade brasileira, o trabalho doméstico. Parte-se aqui, de uma ‘epistemologia do armário de cozinha’ evidenciando formas e modos de existir e resistir em flagrante desobediência e insubmissão contra a dominação colonial existente nos campos do ser, do saber, e do poder.

Por meio da oficina aqui narrada, observou-se que há um conhecimento experienciado na vida e no trabalho dessas mulheres imigrantes calcadas numa ‘pedagogia do doméstico’ evidenciando táticas, estratégias, negociações de um grupo social que para além de sua existência, são acrescidas marcadores de diferença, sobretudo, na discriminação étnica, social, racial e de gênero que exclui e apagam possibilidades de proteção social, direitos humanos e demandas específicas.

Meu papel na oficina foi de facilitar, cabendo-me lançar a forma e os temas a serem debatidos, com o intuito de orientar e estimular as discussões entre as participantes, considerando que os assuntos eram referentes a algumas cenas do filme. Percebe-se como o reconhecimento foi importante através das personagens. Por meio de suas peles, suas ancestralidades e de suas falas. Estes corpos-territórios, corpos-linguagens, corpos-saberes e corpos-agências fazem uso da autorização discursiva como uma forma de resistência e sobrevivência. Ou seja, o tempo, o lugar, a fala, a dimensão histórica que sujeitos/as/es são situados, assim como a raça, o gênero, a sexualidade, a classe, nacionalidade, revela-se como seres interseccionais, frutos dos cruzamentos que transportamos no corpo e na memória.

As falas retratam muito do vivido pelas mulheres mostrando o quão as domésticas migrantes são atravessadas por recortes, por ‘marca-dores’ que ‘marcam’ seus corpos e definem lugares. Ao olharem para a tela, estavam olhando para dentro. Assim, foi possível de forma tímida, mas verdadeira produzir narrativas insurgentes e acolhedoras, expor sentimentos e vivências, cosmovisões outras que auxiliaram na construção do diálogo e no fortalecimento de vínculos como formas de entender e transformar o mundo.

O aprendizado crítico da oficina à decolonialidade proposto na oficina *Redes de Migração e Trabalho Doméstico* teve uma dimensão de inquietação e incômodo revelando violências epistêmicas, simbólicas, psicológicas e até físicas que constituem o universo da ocupação do trabalho doméstico. Ao mesmo tempo a oficina operou na tríade: encontro-acontecimento-experiência. Ou seja, a aproximação entre as trabalhadoras domésticas imigrantes e a universidade, possibilitou uma formação inovadora das classes populares, que vai além da transmissão do conhecimento, colocando-as no centro do protagonismo como coprodutoras do seu universo de conhecimento e das transformações que temos de realizar para acolher a diversidade de (re)conhecimentos em um mundo pluriversal.

E deste modo, a proposta de oficina viabiliza refletir as demandas desses grupos vulneráveis posicionados nas intersecções e na zona de não-ser, compreendendo as dinâmicas de sua profissão, a invisibilização e a interdisciplinaridade dos processos integrados em sociedade, desmantelando as estruturas de opressão epistêmica, social, política e que intente contra os pilares excludentes do capitalismo. A oficina ainda tem grande força de energia criativa, enquanto lugar dos encontros, da intersecção, da insurgência, mostrando-se produtiva pelo enorme potencial de embate às subalternizações dos interesses hegemônicos e reconhecendo essas domésticas migrantes como sujeitos de luta por igualdade de direitos. Portanto, é a partir da denúncia de Françoise Vèrges

(2020) de que a sociedade não precisa dar conta do qual o mundo onde circulamos foi limpo por mulheres racializadas e superexploradas que este artigo nos convida a refletir sobre essas vidas precárias e extenuantes para o corpo das trabalhadoras domésticas negras e migrantes, essas vidas postas em perigo, repousam as vidas confortáveis das classes altas e médias da nossa sociedade brasileira.

## Referências

AFONSO, M. L. (Org.). **Oficinas em dinâmica de grupo**: um método de intervenção psicossocial; São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

ANZALDUA, G. “La consciência de la mestiza/Rumo a uma nova consciência”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**. Conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 311-326.

BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 147-163, 2015.

BRAH, A. Diferença, diversidade e diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 329-376, 2006.

BRASÃO, I. **O Tempo das Criadas**. A condição servil em Portugal (1940-1970). Lisboa: Tinta da China. 2012.

BRASIL. Lei Complementar nº. 150, de 1º de junho de 2015. **Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico**; altera as Leis nº. 8.212, de 24 de julho de 1991, nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº. 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº. 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº. 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº. 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Brasiliense: São Paulo, 1990.

BRITES, J. **Afeto, Desigualdade e Rebeldia**: bastidores do serviço doméstico. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

BRITO, K. O. Rosa, Margarida, Dália: oralidade, apadrinhamento e trabalho doméstico no: oralidade, apadrinhamento e trabalho doméstico no município de Cáceres/MT. (1960 – 2000). Dissertação (Mestrado em História), Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, , 2018.

CERTAEU, M. de. **A invenção do cotidiano artes de fazer**. 3. Ed. - Petrópolis: Vozes, 1998.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **O Anti-édipo**. São Paulo: Editora 34, 2010.

**DOMÉSTICAS.** Direção de Nando Olival e Fernando Meirelles. São Paulo: Pandora Filmes, 2001. 1 DVD (85 min.).

EVARISTO, C. **Gênero e Etnia:** uma escre(vivência) de dupla face. João Pessoa: Ideia/Editora universitária, 2005.

FARIA, G. J. A. **“Do seu lugar para o lugar dos outros”:** a migração de mulheres e sua inserção no trabalho doméstico. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social), Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2014.

FÉLIX, J. F. **O trabalho doméstico de adolescentes:** naturalização da exclusão e submissão. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

GAGO, V. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo.** Trad. Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras:** Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

HARAWAY, D. Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Tendências e impasses:** o feminismo como crítica da cultura. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 243-258.

HILL, B. Algumas Considerações sobre as empregadas domésticas na Inglaterra do século XVIII e no Terceiro Mundo de hoje. **Varia História**, n. 14, p. 22-33, set. 1995.

HILL COLLINS, P. **Black feminist thought:** knowledge, consciousness and the politics of empowerment. New York: Routledge, 1990.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua.** [Online] Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnadcontinua.html?edicao=27762&t=sobre>. Acesso em: 06 mar. 2021.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI:** reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua, 2019. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2528.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf). Acesso em: 13 mar. 2020.

KAMITA, R. C. Relações de gênero no cinema: contestação e resistência. **Estudos Feministas**, v. 25, n. 3, 2017, p. 1393-1404.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação** – Episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOFES, S. **Mulher, mulheres:** Diferença e Identidade nas armadilhas da igualdade e desigualdade – Interação e relação entre patroas e empregadas domésticas. Tese (Doutorado em Sociologia), São Paulo: Universidade de São Paulo, 1990.

LE GUILLANT, L. Incidências psicopatológicas da condição de empregada doméstica. *In*: LIMA, M. E. A. (org.). **Escritos de Louis Le Guillant**: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 242-286.

LUGONES, M. Colonialidad y Género. **Revista Tabula Rasa**, n. 9, p. 73-101, Bogotá, 2008.

MACIEL, T. P.; GHIZONI, L. D. Escravas domésticas! Relatos da *fanpage* “eu, empregada doméstica” à luz do conceito contemporâneo de trabalho escravo. **Humanidades & Inovação**; v. 8, n. 46, p. 354-370, 2021.

MARINUCCI, R. Trabalhadoras domésticas migrantes: invisibilidade, cuidado e lutas. **REMHU: Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana**, v. 30, n. 65, p. 7-12, 2022.

MENEZES, J. A., LINS, S. S., SAMPAIO, J. V. Provocações pós-coloniais à formação em psicologia. **Psicologia & Sociedade**, v. 31, p. 1-9, 2019.

MIGNOLO, W.; WALSH, C. **On Decoloniality**: Concepts, Analytics, Praxis. Durham, NC: Duke University Press, 2018.

MYRRHA, L. J. D.; JESUS, C. R.; GUERRA, M. de F. L.; CLEAVER, A. J. T. A contratação das trabalhadoras domésticas durante a pandemia da covid-19 no Brasil: resultados iniciais da pesquisa *online*. *In*: 1º Congreso de la Red de Investigación sobre Trabajo del Hogar en América Latina. Santa Maria: **Anais do 1º CRITHAL**, 2022.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho digno para o trabalho doméstico**, 2010. Disponível em: [http://www.ilo.org/public/portuguese/region/eurpro/lisbon/pdf/pub\\_trabdomestico.pdf](http://www.ilo.org/public/portuguese/region/eurpro/lisbon/pdf/pub_trabdomestico.pdf). Acesso em: 04 dez. 2022.

OYĒWUMÍ, O. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 83-95.

POBLETE, L. La invisibilidad del trabajo doméstico por horas en Argentina. Un análisis del cambio institucional durante el siglo XXI. **Trabajo y Sociedad**, v. 22, n. 39, p. 335-355, 2022.

QUIJANO, A. “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina”. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO. 2000. p. 203-241.

RODRIGUES, M. B.; ALFONSO, L. P.; RIETH, F. M. S. Ações participativas com trabalhadoras domésticas fomentando debates para visibilizar a profissão desde o passado escravista até a atualidade em Pelotas/RS. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 3, n. 4, p. 8-29, 2017.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B. de S. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática.** São Paulo: Cortez; 2011.

SORATTO, L. H. **Quando o trabalho é na casa do outro: um estudo sobre empregadas domésticas.** 328 f. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia), Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

SOUSA, L. G. **Redes sociais, mercado e cultura migratória: um estudo sobre fatores associados à mobilidade populacional na microrregião de Governador Valadares no século XXI.** Tese (Doutorado em Demografia), Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

SOUZA, L. K. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a análise temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, n. 71, v. 2, p. 51-67, 2019.

SPINK, M. J.; MENEGON, V. M.; MEDRADO, B. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 32-43, 2014.

SPIVAK, G. C. Quem reivindica alteridade? *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista.** Conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 241-256.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 18. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VALERIANO, M. M.; TOSTA, T. L. D. Trabalho e família de trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: uma análise interseccional. **Civitas - Revista De Ciências Sociais**, v. 21, n. 3, p. 412-422, 2021.

*Recebido em: 09 de março de 2023.*

*Aprovado em: 13 de maio de 2023.*